

Parecer Legal e Institucional nº 2/2015/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Encaminhamentos dos itens discutidos durante a 136ª Reunião da CTIL.

Análise dos Itens de Pauta - encaminhamentos das Câmaras Técnicas:

Item 3 – Proposta de Resolução que “estabelece diretrizes gerais para definição de derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos”.

A matéria foi encaminhada à CTIL pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras (CTPOAR), juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2015/CTPOAR/CNRH/MMA, de 22 de outubro de 2015.

Na 136ª Reunião da CTIL, realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, a proposta de Resolução foi analisada. O representante designado pela CTPOAR, Luiz Henrique Pinheiro Silva, apresentou o histórico das discussões que resultou na proposta em pauta. Informou que durante as 105ª à 108ª reuniões da CTPOAR, procedeu-se a revisão de toda proposta de resolução, consultando-se diretamente os segmentos que apresentaram questionamentos durante a 33ª Reunião Plenária do CNRH.

Após a apresentação da matéria, realizou-se a leitura dos artigos da proposta de resolução. Com vistas ao melhor entendimento da norma, não entrando no mérito da proposta, foram sugeridas duas modificações ao texto. Sendo elas:

No parágrafo único do art. 2º, inseriu o termo “em caráter provisório”, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

*Parágrafo Único. Na inexistência de comitês de bacia ou na ausência de suas propostas, os critérios específicos de derivação, captação, lançamento ou acumulação de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, serão definidos, **em caráter provisório**, pelas respectivas autoridades outorgantes.*

No art.11, houve a supressão do trecho final “assim como as penalidades previstas na Lei 9.433, de 1997, e na legislação correlata”. O artigo ficou com seguinte redação:

Art. 11. Aplicam-se às derivações, captações, lançamentos ou acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, as normas relativas à fiscalização dos usos dos recursos hídricos.

Apresentadas estas considerações, a CTIL aprova a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

Item 4 – Proposta de Resolução que “aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”. *Matéria encaminhada pela CTPOAR:*

A minuta de Resolução foi encaminhada à CTIL pela CTPOAR, juntamente com o Parecer Técnico nº 01/2015/CTPOAR/CNRH/MMA, em 22 de outubro 2015.

Durante a 136ª Reunião da CTIL, ocorrida nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, a referida proposta de Resolução foi analisada. Questionou-se sobre a coerência entre esta proposta e aquela apresentada no item 3. Sendo esclarecido que não havia incompatibilidade entre essas duas matérias, uma vez que a Deliberação 51 do CBH Verde Grande foi baseada em critérios já estabelecidos em resoluções da ANA e resoluções dos estados da Bahia e Minas Gerais.

Feitos estes esclarecimentos, a matéria foi aprovada por unanimidade.

Apresentadas estas considerações, a CTIL aprova a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

Item 5 – Proposta de Resolução que “aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”. *Matéria encaminhada pela CTCOB;*

A proposta de Resolução foi encaminhada para a CTIL pela Câmara Técnica de Cobrança pelo (CTCOB) juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2015/CTCOB/CNRH/MMA, de 30 de outubro de 2015.

Inicialmente o Presidente da CTIL, Júlio Thadeu Kettelhut, comunicou que a proposta de Resolução que “aprova a Deliberação nº 54/2015 que indica a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia da Hidrográfica do Rio Verde Grande” retornou a CTCOB para ser novamente apreciada, tendo em vista que a Nota Técnica da ANA nº 06/2015/CSCOB/SAS, apresentada para subsidiar a aprovação da referida Deliberação, não foi suficientemente clara para demonstrar qual a estrutura proposta para a Agência Delegatária, seus custos e a viabilidade da sustentabilidade financeira previstas, no Inciso II, art. 43 da Lei 9.433/97. Esse fato prejudicou o processo de decisão durante a 90ª Reunião da Câmara Técnica, segundo o Parecer Técnico Conclusivo da CTCOB.

Assim, a Secretaria Executiva do CNRH, em comum acordo com o Presidente da CTCOB, decidiu pelo retorno da matéria para a Câmara de origem, para que seja feita nova análise acerca da sustentabilidade financeira da AGB – Peixe Vivo como Agência Delegatária na Bacia do Rio Verde Grande, frente à apresentação de nova Nota Técnica da ANA, a fim de não haver prejuízos para a tomada de decisão pelos membros da câmara técnica.

Sobre a proposta em pauta, houve pedido de esclarecimento pelo segmento da Indústria, acerca do processo de aprovação da cobrança no Comitê de Bacia Hidrográfica Verde Grande.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Após discussões, gerou-se um impasse em torno da análise da proposta de resolução sobre cobrança no Comitê Verde Grande de forma separada da proposta que indica a entidade delegatária. No entendimento de alguns membros o que se estava aprovando eram os mecanismos e valores de cobrança, e que esse procedimento não geraria conflito, uma vez que a cobrança começaria somente após a aprovação da agência pelo CNRH. Ressaltou-se, também, que cobrança se efetiva com a assinatura do contrato de gestão entre a ANA e a entidade delegatária.

Não havendo consenso, foi colocada em votação a retirada da matéria da pauta. Por 9 votos contrários, 3 a favor e 2 abstenções, manteve-se a análise da proposta.

Realizou-se a leitura dos artigos, não havendo solicitação de modificações ao texto.

A proposta de resolução foi colocada em votação para a aprovação, obtendo-se 10 votos a favor, 1 contrário e 2 abstenções.

Apresentadas estas considerações, a CTIL aprova a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

Este é o parecer,

Em, 13 de novembro de 2015.


JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL